



Revista Práxis Pedagógica - Mestrado Acadêmico em Educação



## Eixo Temático: Políticas e Gestão Educacional

### HOMEM *VERSUS* EDUCAÇÃO: OS DESFECHOS DO PERÍODO MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1964-1985)

Maria de Fátima dos Santos Mendonça<sup>1</sup>  
Elizabeth Miranda de Lima<sup>2</sup>  
Eulina Maria Leite Nogueira<sup>3</sup>

#### RESUMO

Este artigo é fruto da disciplina de Educação Brasileira do Programa de Mestrado acadêmico da Universidade Federal do Acre *campus* de Rio Branco, e trata-se de um recorte bibliográfico, utilizamos uma linguagem de fácil compreensão ao leitor, temos o intuito de fazermos uma reflexão do aglomerado histórico da educação brasileira, das lutas, direitos e conquistas, fazendo relação homem *versus* educação tendo como base a bibliografia trabalhada na disciplina, traçando aspectos políticos, sociais e culturais, fazendo relação ainda com a educação na contemporaneidade. Utilizaremos para tanto importantes nomes na educação, CURY (1985), LIBÂNEO (2002), KANT (2002), SAVIANI (1997- 2005), entre outros citados e debatidos em sala de aula, a fim de contribuir com a formação dos mestrandos. Neste trabalho depois de refletirmos a relação do homem com a educação no decorrer da história, iremos focar no período em que a Educação foi gerida pelo governo no regime militar, no período de 1964 a 1985, trazendo um breve esboço sobre fatos e acontecimentos que mudaram o sistema educacional e o ensino no Brasil, por esse período ser rico em características e mudanças políticas-sociais, com o intuito de compreender ainda mais a relação de interesses e contextos históricos da sociedade.

**Palavras-chave:** Educação; Regime militar; Escola.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia – MEDUC/UNIR. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (2016), e-mail: maryufam@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal do Acre. Possui doutorado e mestrado em Educação: História, Política e Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996;2002).

<sup>3</sup> Professora Adjunta da Federal do Amazonas. Possui doutorado em Educação: Currículo – PUC/SP (2011-2015)



## MAN VERSUS EDUCATION: THE OUTCOME OF THE MILITARY PERIOD IN BRAZILIAN EDUCATION (1964-1985)

### ABSTRACT

This article is a result of the discipline of Brazilian Education of the Academic Master's Program of the Federal University of Acre campus of Rio Branco, and it is a bibliographic clipping, we use a language that is easy for the reader to understand, we intend to make a reflection of the historical relationship of Brazilian education, struggles, rights and achievements, making relationship man versus education based on the bibliography worked on the discipline, tracing political, social and cultural aspects, still related to education in the contemporary world. We will use both important names in education, CURY (1985), LIBÊNEO (2002), KANT (2002) and SAVIANI (1997-2005), among others cited and debated in the classroom, in order to contribute to the training of the masters. In this work, after reflecting the relationship between man and education throughout history, we will focus on the period in which education was run by the government in the military regime from 1964 to 1985, with a brief outline of facts and events that have changed the educational system and education in Brazil, during this period be rich in characteristics and social-political changes, with the aim of understanding even more the relationship of interests and historical contexts of society.

**Keywords:** Education; Military regime; School.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da disciplina de Educação Brasileira do Programa de Mestrado acadêmico da Universidade Federal do Acre *campus* de Rio Branco, e trata-se de um recorte bibliográfico, tem o intuito de fazermos uma reflexão do aglomerado histórico da educação brasileira, das lutas, direitos e conquistas, tendo como base a bibliografia trabalhada na disciplina, traçando aspectos políticos, sociais e culturais, fazendo relação ainda com a educação na contemporaneidade.

Pretendemos neste trabalho refletir a relação do homem com a educação no decorrer da história, pretendemos ainda focar no período em que a Educação foi dirigida pelo governo no regime militar, no período de 1964 a 1985, trazendo



um breve esboço sobre fatos e acontecimentos que mudaram o sistema educacional e o ensino no Brasil, com o intuito de compreender ainda mais a relação de contextos históricos da sociedade e interesses econômicos, pois este foi um período marcante na educação brasileira, que trata de poder político, e interesses, claramente projetados no sistema de ensino dentro das escolas e instituições educacionais.

O trabalho é dividido em dois tópicos, o primeiro é nomeado de “A Educação: Fenômeno Humano” abordamos nesta parte do texto a relação homem *versus* educação, utilizando ideias de Kant (2002), Saviani (2005), com a pretensão de mostrar que a educação é unicamente fenômeno humano por sua característica evolucionar, ou seja, a raça humana é diferente devido à capacidade do trabalho, a capacidade da mudança.

Diante disso, essas mudanças corroboram para o desenvolvimento da sociedade, frente os interesses do homem, esses interesses estão relacionados com diversos fatores, em sua maioria, com a política e a economia. Considerando que a economia está na base da reprodução da vida e, é direcionada para atender os interesses da classe dominante em obtenção de lucros, afeta diretamente o desenvolvimento dos setores da educação, saúde, moradia, dentre outros.

Vale ressaltar que dependendo do contexto que o homem em sociedade está inserido, os representantes, ou mesmo autoridades irão priorizar as classes sociais que lhes favorecem, ou seja, o homem é movido por projetos e ideias que planeja executar, mediado por seus interesses de grupos dominantes.

O segundo tópico é nomeado de “Principais reformas na educação: 1964-1985”, nele trazemos um esboço histórico do período do regime militar, fazendo recortes dos estudos de Saviani (1997), dentre outros autores que abordaram o tema. Ressaltamos que essas reformas na educação passaram por diversos trâmites e interesses políticos, e houve grandes conflitos



frente diferentes ideais de governo e do povo, contudo, as reformas foram aprovadas e implantadas no sistema educacional do Brasil, em um contexto que visava ordem e uma educação patriótica que preparava os cidadãos para o mercado de trabalho e pouca consciência crítica em relação ao sistema produtivo vigente no país.

Por fim, fazemos nossas conclusões a respeito do poder que o homem possui de mudar suas condições sociais e políticas, por meio da ação-reflexão crítica. A educação é um dos instrumentos capazes de libertar ou alienar o sujeito diante de sua realidade.

## 2 A EDUCAÇÃO: FENÔMENO HUMANO

*“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” Paulo Freire<sup>4</sup>.*

A humanidade desde os primórdios desenvolveu habilidades que ajudaram na sobrevivência e na adaptação frente a adversidades dos ambientes que ocupavam, desenvolveu habilidades para comunicação, logo, habilidade para relação com outros seres humanos, portanto, essas habilidades são aprendizagens com base em experiências anteriores e repassadas de tempos em tempos, caracterizando-se como um fenômeno humano. Primeiramente, porque a educação é um fenômeno unicamente humano?

[...] a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? (SAVIANI, 2005, p.11)

---

<sup>4</sup> Paulo Freire foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro.

Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.



É exatamente a essas perguntas que podemos refletir o que nos diferencia dos outros animais e o porquê, a nossa capacidade de produzir conhecimento, de discernimento e tomadas de decisões produz e reproduz a vida em comunidade, dessa forma o Homem faz história. Assim,

[...] o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a conseqüente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica "trabalho material". Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte) (SAVIANI, 2005, p.12).

O homem em sua ampla capacidade de produzir conhecimento, seja científico ou simbólico, pode construir ou destruir ideias ou projetos. A educação é própria dos seres humanos, pois o que os diferencia dos outros seres é a capacidade de produzir trabalho. Assim, "dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho (SAVIANI, 2005, p12)".

Ser e torna-se educado, é um processo de trabalho planejado e intencional. Todo seu cognitivo foi desenvolvido de acordo com suas experiências no mundo que está inserido, seja na base material, seja na base emocional. Por isso,

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros (KANT, 2002, p.5).



A educação é uma herança histórica que se constrói de geração em geração, de acordo com contextos ela é transmitida, porém vai se adequando aos acontecimentos, e as descobertas de um novo mundo.

O direito a educação no Brasil percorreu caminhos de muitos embates, lutas, desafios. Na história da educação brasileira a educação foi construída pelo homem com bases em seus princípios de sociedade, com carga social, política e crenças historicamente cultivadas pela humanidade. Devemos lembrar que a educação sempre esteve atrelada ao tipo de sociedade e de produção que os homens determinaram ao longo do tempo. Como estabelece,

A Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação, criou as condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, assumisse esse conceito já no § único do art. 11 ao assinalar a possibilidade de o Estado e os municípios se constituírem como um *sistema único de educação básica*. Mas a educação básica é um conceito, definido no art. 21 como um nível da educação nacional e que congrega, articuladamente e, as três etapas que estão sob esse conceito: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (CURY, 2002, p.169).

Apesar da Constituição de 1988 e da Lei 9394/96 que rege a educação ainda existem grandes dificuldades para a efetivação desse direito aos brasileiros das camadas populares. Certamente que num país como o Brasil rico em diferenças culturais, que a educação é perpassada de modos e modos dependendo da região, por este motivo, a educação sempre foi e ainda é um grande desafio a ser enfrentada pelo governo e especialistas da educação, que visam implantar projetos que tenham um ensino com equidade frente toda essa adversidade. Será mesmo esse o objetivo?

Bem, na verdade sabemos que desde que a educação passou a ser um direito e um dever da União, do Estado, do Distrito Federal e dos municípios, é almejado que os projetos implantados se desenvolvam e cumpram seus objetivos, mas, esses objetivos, além do ensinar e educar tem por trás de seus



trâmites questões ocultas, que norteiam interesses políticos e sociais para tais indivíduos, principalmente interesses econômicos de um sistema capitalista, no qual estamos inseridos por muito tempo. Desse modo,

A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. De fato, os conhecimentos dependem da educação e esta, por sua vez, depende daqueles. Por isso, a educação não poderia dar um passo à frente a não ser pouco a pouco, e somente pode surgir um conceito da arte de educar na medida em que cada geração transmite suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual lhes acrescenta algo de seu e os transmite à geração que lhe segue (KANT, 2002, p. 8).

Portanto, percebemos que a história da educação em si trata-se da evolução do homem, passamos por longos períodos na história até chegarmos num contexto mais atual no qual já possuímos direito a escola pública para a construção e o desenvolvimento de ciência, conhecimentos, valorização e respeito a diferentes culturas. No entanto, muitos desses direitos ainda são negados à população pobre desse país, mas precisamos reconhecer que tivemos alguns avanços no tocante à educação como, por exemplo, o acesso à escola para o maior percentual de alunos. No entanto, evidenciou-se outro problema relativo à educação como as condições de permanência e continuidade de estudos desses alunos.

Entretanto, a democratização do acesso deu visibilidade à outra questão fundamental para a garantia do direito à educação: a questão da permanência. Garantir a permanência de crianças e adolescentes nas escolas passou a ser um desafio para as políticas públicas, sobretudo porque os índices de evasão na Educação Básica são muito altos (EYNG; PACIEVITCH, 2015, p. 13483).

O conhecimento humano aborda muitas dimensões, se produz conhecimento tanto no campo científico como no senso comum, mas com o advento da Ciências Moderna o conhecimento científico ganhou grande notoriedade e passou a nortear o desenvolvimento, ou não, da humanidade.



Usamos o conhecimento científico para melhorar condições de vida, principalmente, na saúde, mas usamos também esse conhecimento para promover a guerra, matar milhões de pessoas e enriquecer pequenos grupos que detém o poder econômico no mundo.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas) (SAVIANI, 2005, p.15).

Todo conhecimento elaborado pela humanidade deve ser disponibilizado à todos, não sendo propriedade individual de alguns. Por meio das escolas esse conhecimento deveria ser organizado e sistematizado como um direito subjetivo de cada indivíduo. Neste sentido,

A luta pela escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido bandeira constante entre os educadores brasileiros, sobressaindo-se temas sobre funções sociais e pedagógicas, como a universalização do acesso e da permanência, o ensino e a educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação para a cidadania crítica (LIBÂNEO, 2012, p.15).

Ora, de acordo com LIBÂNEO (2012) a escola pública obrigatória e gratuita é anseio para a sociedade dos educadores, por tanto, podemos concretizar a importância de instituições educacionais com a finalidade de construir conhecimentos e preparar a sociedade aos tempos modernos, onde todos possam usufruir, de forma mais justa, desse conhecimento.



### 3 PRINCIPAIS REFORMAS NA EDUCAÇÃO: PERÍODO MILITAR (1964-1985)

Neste tópico vamos apresentar um recorte histórico das principais reformas do período citado, com o intuito de compreender os desfechos durante o período militar na educação brasileira, ressaltando que citaremos as principais reformas na educação, pois claro, houve muitas mudanças na qual não podemos nos ater aqui. Este período é com certeza um fato na história do país que nos faz refletir a relação do homem com a sociedade, a educação e o poder.

No dia 1 de abril de 1964 foi implantado no Brasil o regime militar, que divide muitas opiniões a respeito dos atos e fatos acontecidos durante o período que perdurou este regime no Brasil, diversas mudanças ocorreram como medidas para “futuras melhorias” do país, essas medidas afetaram diversos setores, nos quais muitas coisas deveriam mudar de acordo com o novo regime, um dos setores foi a Educação, que com certeza para atender as demandas de um novo governo, sofreu diversas alterações, uma dessas importantes alterações foi a da Constituição do país. Assim,

A Constituição Federal promulgada em 24 de janeiro de 1967 no contexto do regime militar implantado em decorrência do golpe de Estado desfechado em 31 de março e consumado em 01 de abril de 1964 manteve a competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (Artigo oitavo, Inciso XVII, Alínea q). Igualmente, tal dispositivo não foi alterado pela nova redação decorrente da Emenda nº 1 outorgada em 17 de outubro de 1969 pela junta Militar que então governava o país. A ruptura política levada a efeito pelo golpe militar de 1964 foi considerada necessária pelos setores economicamente dominantes para garantir a continuidade da ordem socioeconômica que se acreditava ameaçada pelo grupo que então exercia o poder político formal, apoiado numa crescente mobilização popular alimentada pela ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. (SAVIANI,1997, p.11)

A tomada de poder do governo pelos militares foi pautada em motivos claramente econômico, visando o desenvolvimento do país e a manutenção da ordem, bem como o fortalecimento das classes sociais que detinham poder



continuar obtendo lucro sem sofrer pressões sociais por melhores condições de vida e trabalho.

Na realidade essa inclinação pela Segurança Nacional, em país subdesenvolvido, significa apenas a segurança de um governo circunstancial, de um grupo no poder, e nunca a segurança nacional. Além da 'segurança nacional' no fundo ser apenas a segurança de uma classe (BASBAUM, 1968, p. 123).

Na justificativa de manter a ordem e o desenvolvimento, diversas medidas foram tomadas com a pretensão de transformar o Brasil em uma “potência nacional” e para isso utilizaram do discurso da segurança nacional para implementar medidas que cerceavam o direito de liberdade do povo brasileiro. Como justificativa utilizavam o discurso que,

Partia-se da defesa da segurança nacional não dependia somente de estratégias voltadas ao inimigo externo, mas principalmente ao inimigo interno (movimentos populares, comunistas, camponeses, guerrilhas etc), que colocassem em perigo a segurança do governo civil-militar e os interesses imperialistas (SBARDELOTTO, 2013, p. 05)

É importante analisar o contexto pelas quais ocorreram determinadas mudanças para compreender qual o objetivo oculto de tais determinações, claramente mudanças não são propostas sem interesses.

Um texto legal jamais é constituído de letra fria ou de um aglomerado enfadonho e minudente de artigos, parágrafos e alíneas, nascidos de uma apurada técnica legislativa. Uma lei traz em seu bojo intencionalidades, vem eivada de concepções e princípios, explícitos ou não, do que se deseja adotar politicamente para uma determinada comunidade (LIMA 2004, p. 47).

Com o discurso era propiciar mudanças relevantes ao ensino dos estudantes, mas o objetivo era mudar o sistema universitário, foi traçado reformas que gradativamente quebrariam a universidade pública. Com isso,



A ordem foi estabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao Ensino, a subordinação direta dos reitores ao presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-Lei 477/69 como extensão do AI5 no âmbito específico da Educação, e a criação de uma verdadeira polícia política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado militar sobre o Ensino (GERMANO, 2011, p.133).

O projeto da reforma universitária era um sucateamento da universidade pública, desvalorizando as instituições, para abrir mercado as instituições privadas, desta forma alimentando o capital internacional, excluindo a possibilidade dos menos favorecidos terem acesso ao ensino superior.

Neste momento os grandes movimentos sociais passaram a enfrentar diretamente essa ordem ditatorial que descaradamente retirava direitos à educação da população mais carente. Outra mudança na educação foi realizada com a lei nº 5.692/71 foi a reforma resultante dessa legislação que

[...] alterou sensivelmente a estrutura do ensino até então em vigor. Em lugar de um curso primário com a duração de quatro anos seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro anos e um curso colegial de três anos, passamos a ter um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral. Em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade, um leque amplo de habilitações profissionais (SAVIANI, 1997, p.31).

Com esta mudança, afetando diretamente o sistema educacional nas escolas, os estudantes (teoricamente) dariam mais importância ao mercado de trabalho, o discurso era preparar para o trabalho, nos moldes de uma fábrica. Ideologicamente os alunos teriam que aprender a seguir as regras e aceitar passivamente sua condição de exploração. Neste sentido,



A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro. O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção (FRIGOTTO, 2006, p. 40).

A concepção de educação nesta fase da História do Brasil era de preparar recursos humanos para atuar na indústria, na agropecuária e no setor de serviços. Essa concepção “[...] tornou-se fortemente hegemônica, fundamentada principalmente na teoria do capital humano e traduzida no enfoque de mão-de-obra dos planos de educação [...] (FÁVERO, 2005, p. 243)”.

A escola serviria como um braço desse sistema para formação do consenso entre os estudantes e seus familiares que a opção para os pobres seria a capacitação mínima para atuar nos mercados de trabalho de forma que mantivesse o alto grau de exploração das camadas populares, sem grandes possibilidades de romper com o ciclo de exploração estabelecido dentro dessa perspectiva. Assim,

A elaboração de um projeto educacional durante o período militar foi uma das formas de garantir estabilidade e hegemonia ao poder político. Foi também o caminho pelo qual se garantiu o aprofundamento das diferenças sociais e concentração de riquezas; criou-se então uma estrutura social que facilitou o modelo autoritário de governo imposto pelos militares. Na prática, o governo militar se esforçou para criar um projeto educacional que fosse ao encontro do modelo de governabilidade e também da estrutura econômica idealizada (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Com relação aos professores, os mesmos eram coagidos a seguirem ensinando exatamente de acordo com a base ideológica do governo militar, sem liberdade de pensamento e questionamento. Mesmo diante de tanta imposição, o coletivo de professores buscou desenvolver uma contra hegemonia, ou seja, para a trabalhar contra essa opressão, na tentativa de romper com esse sistema ditatorial estabelecido no país. Pois, a educação brasileira



[...] se pautou pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, várias tentativas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela ditadura Militar (GHIRALDELLI JR, 2003, p. 125/126).

A iniciativa de organização foi tomada pelos professores passaram a se organizarem, juntamente, com outros movimentos sociais para lutar contra esse regime de governo ditatorial. Suas iniciativas deram origem ao

O primeiro vetor é representado pelas entidades de cunho acadêmico-científico, isto é, voltadas para a produção, discussão e divulgação de diagnósticos, análises, críticas e formulação de propostas para a construção de uma escola pública de qualidade. Nesse âmbito situam-se a ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), criada em 1977, o CEDES (Centro de Estudos Educação & Sociedade), constituído em 1978 e a ANDE (Associação Nacional de Educação), fundada em 1979. Essas três entidades se reuniram para organizar as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) tendo a primeira se realizado em 1980, a qual foi seguida de outras cinco ocorridas em 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991 (SAVIANI, 1997, p. 33).

Desafiando o regime, os intelectuais passaram a promover debates, conferências, encontros e etc, em diversos estados. Esse debate passa a incorporar preocupações com as condições políticas e econômicas do país, questionando o papel da escola nesse contexto.

Com diversas mobilizações frente às tomadas de decisões do governo militar, os movimentos e organizações de várias categorias passam a questionar esse modelo e conseguem adesão da população, que já experimentou o fracasso de um modelo educacional que não possibilitava o avanço da classe popular para melhores condições de vida.



É nesse contexto que se foi impondo cada vez mais fortemente a exigência de se modificar por inteiro o arcabouço da educação nacional, o que implicava a mudança da legislação em vigor. A oportunidade surgiu com a instalação de um governo civil (a chamada Nova República) e a elaboração da nova Constituição Federal (SAVIANI 1997, p. 34).

Neste período a concentração de renda no Brasil demonstrou uma taxa elevada entre sujeitos da classe dominante e classe média, enquanto apenas uma minoria dessas classes encontrava ascensão, à maioria dos trabalhadores com pouco qualificação restava apenas um emprego ou subemprego com pouca possibilidade de consumo e salários mais baixos: “[...] a produção de bens duráveis de consumo, que são comprados principalmente pelos grupos de elevadas rendas [e pelo mercado externo], cresceu a um ritmo duas a três vezes maior que a produção de bens não duráveis de consumo, que são adquiridos por toda a população (SINGER, 1976, p. 113)”.

Essa desigualdade social e econômica colocou o país em uma situação de pré confusão nacional, era necessário conter as pressões advindas dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados para evitar graves problemas políticos. Além disso, existia uma conjuntura internacional que orientava a mudança nos ditames político econômico dos países subdesenvolvidos. Com isso, mas principalmente, com as lutas de trabalhadores e trabalhadoras, dos intelectuais, movimento da igreja católica progressista, sindicatos, etc. foi possível redemocratizar o país.

Conseguimos mudar o regime político, mas as forças produtivas dominantes ainda permanecem no poder e, disfarçadamente, se inserir no discurso por uma sociedade mais justa. Não existe justiça social, quando o homem é explorado na sua condição de sobreviver dignamente nesse país.



## CONCLUSÃO

Neste trabalho analisamos porque a educação é um fenômeno humano e concluimos que somente a raça humana tem habilidades de projetar situações e concretizá-las, por meio da ambição, o homem pode construir seu futuro, valorizando diferenças culturais, perpetuando o respeito à vida e a ética.

Compreender o homem em si é uma tarefa complexa que demanda um entendimento histórico, social e cultural, a propósito percebemos como o homem é um ser de ideias e opiniões, de constantes mudanças, em constante crescimento e desenvolvimento. Fica difícil ou quase impossível falar do homem/humanidade sem citar inúmeros fatores de mudanças, movidas por contextos diferentes.

Se a humanidade clama por uma melhoria em mudanças sociais, políticas e econômicas temos grande convicção que o caminho para efetivação de mudanças para o bem da comunidade, é a educação, com certeza esse caminho percorre de forma mais profunda o pensamento do ser humano, e na história temos muitos exemplos, que a educação é visada pra devidos fins.

Por este motivo nosso sistema educacional é atacado por diferentes ideias e conjecturas de governantes que querem projetar seus pensamentos em um país que ainda caminha para conseguir um projeto ideal de educação.

Enfim, nós profissionais da educação podemos fazer a diferença com nosso trabalho, mostrando compromisso com as gerações futuras e um país com mais justiça e igualdade, não nos deixando levar pelo comodismo imposto pelo sistema que estamos inseridos. Fazer a diferença dentro da educação torna-se um ato imprescindível para formar pessoas de bom caráter, críticas e que tenham a oportunidade de viver com dignidade, passando pra frente o que lhe foi ensinado.



## REFERÊNCIAS

- BASBAUM, L. **História Sincera da República (de 1961 a 1967)**. 1 ed. São Paulo: Fulgor, 1968
- CURY, C. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 1985
- EYNG, Ana Maria; PACIEVITCH, Thais. **Das políticas de acesso e permanência na escola ao direito à educação básica de qualidade social: avanço possível?** Trabalho apresentado no EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. PUC-PR. Paraná, 2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20481\\_10675.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20481_10675.pdf) Acesso em 25 jan. 2017
- \_\_\_\_\_. **A educação básica no Brasil** educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 23 fev. 2017
- FÁVERO, O. **A educação nas constituintes brasileiras**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil, 1964-1985**. Campinas, SP: Cortez, 1993.
- GUIRALDELLI JR. P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, SP: Manoli, 2003.
- KANT, Immanuel. **Sobre Pedagogia**. Trad. Francisco C. Fontanella. 3a Edição. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e pesquisa, São Paulo, v..38, n1, p13-28, 2012.
- LIMA, Elizabeth Miranda de. **Consenso, dissenso e trama: a LDB e o novo ordenamento da educação nacional**. Rio Branco: EDUFAC, 2004. 175p. (Serie Dissertações e Teses 4).
- OLIVEIRA, Rodrigo Mendes. **O projeto educacional brasileiro durante o regime militar e o ensino de história em goiás (1964-1979)**. Dissertação apresentada no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA– PPGH-UFG. Goiânia-GO 2015. Disponível em:



Revista Práxis Pedagógica - Mestrado Acadêmico em Educação



<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5323/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rodrigo%20Mendes%20Oliveira%20-%202015.pdf>. Acesso em 17 fev. 2017.

SAVIANI Dermeval. **A Nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9a Edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **Educação no regime civil-militar (1964-1985) no Brasil e a teoria do capital humano**. Trabalho apresentado na XI Jornada HISTEDBR, Cascavel-PR, 2013. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo\\_simposio\\_4\\_554\\_deniseklsb@yahoo.com.br.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_554_deniseklsb@yahoo.com.br.pdf). Acesso em 12 mar. 2017